

ENUNCIADO - PROVA DISCURSIVA DE PROCURADOR JURÍDICO

No âmbito do Município de Beta, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano encaminhou ao Departamento competente solicitação para a promoção de licitação visando à contratação de serviço de engenharia que tem ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e de qualidade, tendo providenciado os documentos suficientes na fase interna da licitação a título de estudo técnico preliminar, termo de referência, projetos e estimativa de custos unitários, nos quais constaram, fundamentadamente, os requisitos de participação a serem exigidos dos licitantes.

Foi publicado o Edital de Licitação sob a modalidade Pregão, o qual fixou que a primeira fase seria a de classificação de propostas, sucedida da habilitação de documentos apenas à licitante vencedora.

Constou das exigências editalícias que os licitantes apresentassem, a título de pré-habilitação, caução de suas propostas, no valor de 1% do valor estimado para a contratação, bem como demonstrassem experiência de um profissional, que fosse o responsável técnico vinculado à pessoa jurídica licitante, em escopos congêneres ao licitado.

Dez pessoas jurídicas participaram da licitação.

A proposta financeira da licitante sociedade empresária AB foi a menor, tendo atingido 60% (sessenta por cento) do valor orçado pela Administração a título de estimativa prévia de custo.

A licitante AB foi instada a demonstrar a exequibilidade de seus preços, tendo comprovado compatibilidade com os seus custos, embora não estivesse logrando nenhuma margem de lucro com as condições de sua proposta.

Seus documentos habilitatórios foram avaliados e aprovados pela Administração, tendo a licitação sido, afinal, homologada, com a decorrente celebração de contrato administrativo entre o Município de Beta e a pessoa jurídica AB.

Houve mora por parte da pessoa jurídica AB no início da execução do contrato, a qual foi objeto de sanção administrativa e, após, aferiu-se retomada da regular execução contratual.

Não obstante, algumas semanas depois, o Município recebeu informação de ter havido notícia de fato com críticas à juridicidade da licitação no âmbito do Ministério Público do Estado.

Ato contínuo, o Município foi regularmente citado, em 1.º de setembro de 2025, uma segunda-feira, *por meio de oficial de justiça*, da propositura de ação civil pública pelo MP, mesma data em que juntado aos autos o mandado positivo de citação do Município e da pessoa jurídica AB, corré na ação.

Sustentou o Ministério Público Estadual que a licitação em referência seria inválida, isto pois não poderia ser adotada a modalidade licitatória do Pregão para a contratação de um serviço de engenharia, oportunidade em que deveria ter sido o certame regido pela modalidade da Concorrência, de modo que primeiro se desse a fase de habilitação de documentos e, apenas depois, fossem abertas as propostas, privilegiando a técnica dos licitantes e não apenas o seu preço.

Aduz o *Parquet* que a exigência de caução de proposta é ilícita para a modalidade do Pregão e que a exigência de experiência do profissional vinculado à pessoa jurídica licitante é um vício, pois que a legislação determina a demonstração de experiência e *expertise* pela pessoa jurídica proponente e não pela pessoa natural que porventura por aquela se responsabilize tecnicamente.

Argumenta, ao fim, que a Administração aceitou preço inexecutável para a celebração do contrato.

O conjunto destas falhas implica, segundo o Ministério Público, grave restrição indevida à competição e risco de mora, justamente tendo se aferido o inadimplemento relativo por parte da Contratada, o qual poderá se repetir com prejuízos ao interesse público.

Postula, por tudo, pela tutela de urgência obstativa do prosseguimento da execução contratual e pela invalidação do contrato administrativo, desconstituindo-o.

O MM. Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta determinou, ao receber a ação, além da citação dos Réus, o diferimento da análise da tutela de urgência, para que também sobre ela se manifestasse o Município quando do exercício do contraditório, visando à apreciação jurisdicional consentânea à prudência e ao devido processo legal.

Na condição de procurador jurídico do Município de Beta, adote a medida processual cabível e a decorrente Peça Prático-Profissional visando à defesa do ato e de seus efeitos, tendo em consideração, inclusive, que o serviço de engenharia contratado já foi em parte executado e é de relevante interesse público para a ordenação da cidade.

Considerando a data de citação do Município, date a Peça Prático-Profissional no último dia do prazo incidente. Desconsidere, em seu cômputo, quaisquer feriados nacionais ou locais porventura situados no período.

GABARITO

1) PEÇA (**11,5 PONTOS**): A peça processual cabível é a Contestação (**11,0 pontos**), com fundamento legal nos arts. 335 e ss. do CPC (**0,5 ponto pela menção a fundamento legal válido**).¹

2) ENDEREÇAMENTO (**4,0 PONTOS**): Deverá ser endereçada à 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Beta (**4,0 pontos**).

3) QUALIFICAÇÃO (**4,0 PONTOS**): As partes deverão ser qualificadas, de modo que a contestação é apresentada pelo Município de Beta, inscrito no CNPJ n.º (...), sediado (...) (**2,0 pontos**), na ação movida pelo Ministério Público Estadual, por meio de sua (...) Promotoria de Justiça de Beta (**2,0 pontos**).

4) FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO

4.1.) DOS FATOS (**5,0 PONTOS**): Deve haver adequada contextualização dos tópicos da divergência (**5,0 pontos**).

4.2.) DA PRELIMINAR (8,5 PONTOS):

(i). deverá ser sustentado o descabimento do pedido de tutela de urgência, pois que ausentes a probabilidade do direito e o perigo na demora que são pressupostos para tanto, havendo, por outro lado, risco inverso em desfavor do interesse público (**8,0 pontos**), *cf.* artigos 300 e ss. do CPC (**0,5 ponto pela menção a qualquer fundamento legal cabível**).

4.3.) DO MÉRITO (49,0 PONTOS), sendo suscetíveis de pontuação os seguintes argumentos:

(i). o Pregão é modalidade licitatória cabível e, inclusive, *obrigatória* para certames que versem sobre serviços de engenharia comum, caractere de que se reveste o pretendido serviço por ser padronizável e objetivamente descrito em Edital (**8,0 pontos**), *cf.* artigos 6º, XXI, “a”, e XLI, e 29 da Lei Federal n.º 14.133/2021 (**0,5 ponto pela menção a qualquer fundamento legal cabível**);

¹ O equívoco na eleição da peça processual cabível culmina na atribuição de nota 0,0 (zero), conforme regramento editalício.

(ii). ainda que Concorrência fosse, não haveria, em regra, a inversão de fases solicitada pelo Ministério Público do Estado, a qual se tornou excepcional e sujeita à justificativa específica mesmo para a modalidade da Concorrência no regime da nova lei de licitações, tendo havido prioridade à fase de classificação de propostas com vistas à ampliação da competição, seleção da proposta mais vantajosa à Administração e celeridade no rito licitatório **(8,0 pontos)**, *cf.* artigo 17 da Lei Federal n.º 14.133/2021 **(0,25 ponto pela menção a qualquer fundamento legal cabível)**;

(iii). a nova lei de licitações tornou lícita a exigência de caução de proposta nos termos do Edital (de até 1% do valor orçado pela Administração), visando à eventual reparação dos danos decorrentes da não manutenção da proposta licitatória, mesmo na modalidade do Pregão **(7,5 pontos)**, *cf.* artigo 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021 **(0,25 ponto pela menção a qualquer fundamento legal cabível)**;

(iv). a qualificação técnica-profissional consiste na experiência da pessoa natural responsável técnica pelo objeto licitado, o que é diferente da capacidade operacional da pessoa jurídica, perfazendo exigências autônomas e lícitas, seja de modo isolado, seja de modo cumulativo, cada qual com o seu objetivo de demonstração de capacidade técnica **(7,5 pontos)**, *cf.* artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021 **(0,25 ponto pela menção a qualquer fundamento legal cabível)**;

(v). os percentuais das propostas de preços em comparação ao valor orçado pela Administração induzem a apenas presunção relativa de inexecutabilidade, a qual pode ser mitigada diante de prova de sua executabilidade, não havendo condicionante à validação relacionada à demonstração de lucros empresariais, tema afeito à matéria interna de gestão, haja vista a possibilidade de outros interesses válidos (que não apenas o lucro imediato) viabilizarem a regular atuação empresarial em matéria licitatória (captação de acervo técnico atestável, *v.g.*) **(8,0 pontos)**, *cf.* artigo 59, IV e § 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, além de doutrina e jurisprudência **(0,25 ponto pela menção a qualquer fundamento legal cabível)**;

(vi). qualquer decisão judicial invalidatória deve se atentar, no juízo ponderativo, a que a satisfação de valores jurídicos deve ter importância superior ao peso provocado na restrição do conjunto de regras e princípios colidentes, de modo que, no caso concreto, o contrato administrativo já foi celebrado e está em execução de relevante interesse público, demonstrando a desproporcionalidade da pretensão do Ministério Público **(8,0 pontos)**, *cf.* artigos 20 a 22 da LINDB e 147 da Lei Federal n.º 14.133/2021 **(0,5 ponto pela menção a qualquer fundamento legal cabível)**.

5) DOS PEDIDOS/CONCLUSÃO (14,0 PONTOS):

5.1. Em âmbito de preliminar, deve ser pleiteado o indeferimento da tutela de urgência, por ausência de seus pressupostos autorizadores, nos termos dos artigos 300 e ss. do CPC **(3,0 pontos)**;

5.2. No mérito, a improcedência da ação, diante dos fundamentos jurídicos supra expostos **(5,0 pontos)**;

5.3. Deve haver requerimento de produção de provas nas modalidades pertinentes às divergências **(2,5 pontos)**.

5.4. Considerando o prazo de contestação em dobro (art. 183, CPC), calculado em dias úteis (art. 219, CPC), a Peça deve estar datada em 13 de outubro de 2025 **(3,5 pontos)**.

6) ORGANIZAÇÃO DA PEÇA (4,0 PONTOS): Organização da peça, com adequada ordem de identificação do endereçamento, qualificação, fatos, direito e pedidos, com sinalização do local, data, espaço para assinatura e número de inscrição na OAB (sem identificação do subscritor) **(4,0 pontos)**.